



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas  
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático: Currículo, Ensino, Aprendizagem e Avaliação

## **METODOLOGIA “CRIAÇÃO DO SABER”: DESVELANDO REFERENCIAIS TEÓRICOS**

Sylvia Karina de Souza da Silva- FACIG  
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti- FACIG

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo relacionar a proposta metodológica denominada “Criação do Saber” do Centro de Trabalho e Cultura, Instituição Não Governamental de ensino profissionalizante, utilizada no desenvolvimento das suas atividades, aos referenciais teóricos que a fundamentam. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos assuntos afins com educação profissional, pesquisa documental no acervo do lócus da pesquisa que tratam tanto da história do Centro como da gênese da metodologia “Criação do Saber”; também foi feita uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com alguns educadores no intuito de relacionar os dados obtidos com os aspectos similares às teorias pedagógicas encontradas e observação em sala de aula (em especial no curso da mecânica) do fazer metodológico “Criação do Saber”. Identificou-se, claramente, que a metodologia tem raízes fortes na teoria pedagógica brasileira Crítica ao Reprodutivismo, por ser a mesma contra o sistema de exclusão político-social-cultural-econômico e, em especial, o da educação profissional.

**Palavras-Chave: Educação Profissional, Teorias Pedagógicas, Metodologia “Criação do Saber” e Centro de Trabalho e Cultura.**

### **INTRODUÇÃO**

Numa experiência de educadora do Curso profissionalizante Escritório Informatizado, há exatamente 10 (dez) anos, na Instituição de Educação Profissional Centro de Trabalho e Cultura – CTC, Rua dos Coelhos 317, Coelhos, Recife-PE; trabalhando com jovens e adultos e utilizando uma Metodologia própria da Instituição denominada “Criação do Saber”, foi descoberta a necessidade de embasar a nossa prática pedagógica a partir de referenciais teóricos sobre o assunto.

Com base nessa experiência procurou-se investigar como surgiu a metodologia “Criação do Saber” do C.T.C. e qual teoria embasa tal metodologia; contribuindo, assim, para a clareza de uma prática pedagógica subsidiada por quais pressupostos de teóricos sobre educação profissional em que se assemelham à proposta pedagógica do CTC.

# 1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Por traz de um estudo sobre a educação profissional se está fazendo uma análise acerca da relação educação e trabalho. Assim sendo, quando se fala em origem da educação e do trabalho percebe-se através da história que o ato de ensinar coincidia com o de trabalhar. Numa sociedade primitiva em sua esfera social, ao mesmo tempo em que todos os integrantes repassavam suas tradições e culturas a partir do trabalho, os ensinamentos se davam através do uso da mão de obra coletiva. No trecho a seguir Saviani destaca muito bem a relação trabalho e educação, onde mutuamente se misturam:

[...] as origens da educação se confundiam com as origens do próprio homem [...] diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome trabalho. (1994,p. 152).

De fato, segundo esse autor, a origem da educação se confunde com a do homem, pois estão relacionadas à condição da sobrevivência vinculada ao trabalho. E, neste sentido, o conhecimento estava sendo repassado de geração a geração através das culturas vivenciadas no cotidiano do trabalho. Nisso, com o surgimento da propriedade privada, muitos trabalham para poucos, poucos estes que detiam do poder político, econômico e religioso para se manter sob exploração do trabalho escravo. Tal regalia dava, inevitavelmente, lugar à ociosidade. Eis que, então, surge a escola para dar ocupação a esse tempo vazio. Saviani também nos dá a sua visão sobre esse aspecto:

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. (Idem).

Seguindo esta visão, percebe-se o quanto o dualismo já preponderava sobre a classe menos favorecida. Enquanto os ociosos bebiam da cultura na sua formação intelectual, os escravos e/ou explorados ficavam suscetíveis à exclusão e ao trabalho forçado para assim manter-se e sustentar seus “senhores”.

## 1.1 Breve comentário sobre a história da educação profissional no Brasil

Em 1500, o Brasil, por ser uma colônia portuguesa em expansão, sofreu diversos ataques em expropriação de suas riquezas (fauna, flora, minerais, etc.) herdando, com o

decorrer de três séculos um território explorado, mas com viabilidades agroindustriais. É nesse momento, em 1809, que devido as necessidades vigentes de uma sociedade em evolução fabril que, o então príncipe regente e futuro D. João VI decreta a criação do “Colégio das Fábricas” devido a proibição de funcionamento de indústrias manufatureira; mesmo assim durou apenas 07 anos dando lugar, em 1816, a Escola de Belas Artes, tentando com isso fazer a junção das ciências e das artes com a área da mecânica. (Brasília, 2000). Percebe-se com isso que, os primeiros passos para uma regulamentação do ensino profissional obteve muitos obstáculos advindos de seus dirigentes, pois a dualidade já imperava através da divisão do ensino, onde a educação geral para os filhos dos dominantes percorria a ascensão às Universidades, nas áreas para formação de dirigentes do país em diversos setores: econômicos, sociais e políticos, enquanto que o ensino de educação técnico profissionalizante era voltado a classe menos favorecida para dar formação e sustentação a mão de obra necessária ao desenvolvimento do país.

Alguns anos depois, em 1861, surge o Decreto Real: Instituto Comercial do Rio de Janeiro, diplomando apenas quem ocupava cargos públicos na Secretaria do estado, reforçando ainda mais, a exclusão dos menos favorecidos. Mesmo assim, em 1840 ainda havia lugar para essa classe nas chamadas “Casa de Educandos e Artífices” que atendia menores abandonados, objetivando a diminuição dos perigos e da criminalidade. Nesse decorrer, quatorze anos depois, em 1854, criou-se o “Asilo da Infância dos Meninos Desvalidos”, com interesse apenas de dar-lhes o conhecimento das primeiras letras e depois encaminhá-los a trabalhos “obrigados” em oficinas públicas e privadas sob contrato fiscalizado pelo juizado de órfãos.

O investimento no ensino industrial, por parte do governo, iniciou-se, na metade do século de 1800, através da criação dos “Liceus de Artes e Ofícios”; alegando com isso ampará-las já que ainda ameaçavam a tranquilidade pública dando-lhes formação profissional em instruções teóricas e práticas para o mundo do trabalho e recebendo, por essa ação, o apoio de toda a sociedade da época.

Em 1906, quando o governo atribuiu a responsabilidade do ensino profissionalizante ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio consolidando, então, o incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola, isso fez com que a atenção maior fosse dada ao setor comercial em São Paulo, onde foram instaladas muitas escolas comerciais, entre elas a “Fundação Escola de Comércio

Álvaro Penteado”, além de outras escolas comerciais públicas em diversas cidades do país.

Na década de 20, o governo preocupado com o crescimento da expansão ferroviária e com a formação profissional dos ferroviários, instala diversas escolas-oficinas que se tornam embriões para o futuro do ensino profissional técnico do Brasil. Nessa mesma década, o ensino profissional técnico sofreu uma remodelagem a favor da classe média alta, ou seja, a Câmara dos Deputados propôs ampliar o acesso a todos e não apenas aos “desafortunados”.

Diante das penosas disputas sofridas pela classe mais pobre, surgem grupos de educadores que lutam através da criação da ABE (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO) em prol de mudanças voltadas para a melhoria do ensino profissionalizante, tornando-se propulsor do Movimento Renovador de Educação Brasileira em 1927, juntamente às Conferências Nacionais de Educação.

O projeto de educação defendido por esses propulsores se identificava numa linha da concepção educacional progressista. Mesmo existindo há mais de sessenta anos, atualmente ainda é modelo de grande consulta e utilidade para alguns meios de ensino. Porém, infelizmente, ainda vemos o Ensino Médio transformado em ensino de classe social, e a gratuidade do ensino universitário público se revelando cada vez mais ameaçada através das manobras econômicas articuladas entre governo e instituições particulares, instituições estas que vem crescendo com vorazmente atendendo os excluídos dessa camada estudantil.

Desse modo, Ferreira define a relevância dessa concepção para o processo de ensino e transformação social quando traduz que:

[...] A educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Assim, apesar de sua vinculação aos determinantes histórico-culturais, ela também poderá constituir-se em um instrumento importante no processo de transformação social. Sua função é levar o nível de consciência do educando a respeito da realidade social que o cerca, a fim de capacitá-lo a atuar no sentido de sua emancipação social, econômica, político e cultural. (COLETÂNEA AMAE, s/data, p.07).

A citada autora aborda o conhecimento enquanto visão progressista, como fator que interfere à prática social, porém tendo sido reelaborado a partir da mediação entre escola e meio social.

Ainda tratando do ano de 1931, foi criado o Conselho Nacional da Educação que culminou com a Reforma Educacional conhecida como Francisco Campos, nome do então Ministro da época. Nessa reforma destacam-se os Decretos Federais N°s.

19.890/31 e 21.241/32, que regulamentaram o ensino secundário, como também o Decreto Federal Nº. 20.158/31, que teve como princípio organizar o ensino profissional comercial e legalizar a profissão do contador. Essa reforma durou apenas 11 anos, se extinguindo em 1942 e dando lugar a aprovação do conjunto das chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”, conhecida como Reforma Capanema.

Com o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, que denunciou a deficiência contida no ensino público, diagnosticando a necessidade de implantação do ensino profissionalizante de qualidade que atendessem a uma merecida oportunidade a todos, sem exclusão, com formulação de cursos de especialização intelectuais e manuais.

Também, em 1932, fortalece-se a Conferência Nacional de Educação, onde os resultados ecoaram na Assembléia Nacional Constituinte de 1933 e na Constituição de 1934 instalou-se uma nova política nacional de educação quando se estabeleceu como atribuição e responsabilidade da União: “Traçar as Diretrizes da Educação Nacional e Fixar o Plano Nacional de Educação”. Ao analisar esse fato vê-se que só em 34 são encontrados registros de preocupação com a legalização e elaboração de leis cabíveis à educação tanto no âmbito de formação educacional como no de formação profissional.

No entanto, o Art. 129 da Constituição de 1937 tratou das “Escolas Vocacionais e Pré - Vocacionais” como responsabilidade do Estado para atender ao público menos favorecido. Tal obrigação estava vinculada à cooperação das indústrias e dos sindicatos econômicos, conhecidos como “classes produtoras” que deveriam possibilitar a criação de escolas de aprendizes para os filhos de seus operários. Sabe-se que é aqui que começam os primeiros passos para a criação do chamado sistema S (SENAI) - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e (SENAC) - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Para arrematar tal proposta conflitante com as reais necessidades da população menos favorecida, surgem entre as Leis Orgânicas Decretos – Lei voltados para a área industrial, comercial e agrícola (os chamados setores da economia), tal determinação abriu caminho para a criação de entidades profissionalizantes mantidas entre governo e setor privado (as conhecidas empresas mistas) entre elas destacam-se em 1942 a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). E, conseqüentemente, houve também a transformação das escolas de Aprendizes Artífices para escolas técnicas federais.

No governo Vargas, de acordos com os estudos realizados sobre a história da Educação Profissional, criou-se o Decreto-Lei que estabelecia a legalização trabalhista do Menor Aprendiz a fim de reduzir tamanha ilegalidade cometida há tantos anos. Outro Decreto-Lei colocou a Rede de Ensino Federal com o ensino industrial como atribuição, apesar de não caracterizar relevância alguma para os governantes, tornando-se uma educação de segunda categoria.

Nessa trajetória, todo conflito quanto à ideologia dualista era explicado a partir dos rumos dados à educação para os filhos da elite e para os da classe operária. No entanto, em 1950, com a Lei Federal Nº. 1.076/50 pode-se permitir que quem terminasse o “ensino profissionalizante” ingressasse no ensino superior, quebrando em parte o bloqueio existente entre ensino profissionalizante e o acadêmico. Com isso, houve uma equivalência no direito ao acesso, apesar de impor aos egressos do ensino profissional secundário uma sabatina de provas seletivas que equivalessem às disciplinas não contempladas durante a formação anterior. Essas equivalências exigidas para os cursos de mesmo nível, só em 1961 através da promulgação da Lei Federal Nº. 4.024/61 puderam ser válidas sem a necessidade de exames seletivos, garantida pela criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação– LDB e classificada por Anísio Teixeira como “meia vitória, mas vitória”.

Para a educação profissional, a citada LDB quando surgiu, após muitas lutas, atenuou a visão dualista de ensino para “elites condutoras do país” e para “os desvalidos da sorte”, determinando que todos os advindos dos diferentes ramos e modalidades de ensino poderiam intensificar seus conhecimentos acadêmicos em continuidades de níveis subsequentes.

Infelizmente, a educação profissional não passou muito tempo com essa vitória porque os efeitos degradantes a ela foram sentidos a partir da reformulação da Lei Federal Nº. 4.024/61 para Lei Federal Nº. 5.692/71, onde generalizou toda profissionalização no ensino médio, então denominado 2º grau, nisso não houve mais investimentos governamentais para o avanço desse setor levando o ensino profissionalizante ao caos que herdamos até hoje e, que por esse motivo, sua introdução no segundo grau não levou em consideração a carga horária para a formação de base, muito menos valorizou-se o currículo necessário a uma real formação profissionalizante de qualidade. Nisso, a desestruturação do ensino técnico foi geral, dando surgimento a diversos cursos que não atendiam aos anseios da sociedade, tornando-se meramente estratégia eleitoreira.

O já mencionado dualismo retornou, desta vez, de forma bastante explícita, ou seja, os “desafortunados” se formariam numa profissão sem qualidade, sem perspectiva de continuidade dos estudos; incumbidos pela influência capitalista de conseguir mais rapidamente um trabalho, ou, até mesmo, abrir seu próprio negócio, a exemplo dos concluintes do magistério que ao se formarem quando não passavam nos concursos públicos, abriam uma escolinha no fundo de casa e se mantinham de forma miserável, sem perspectiva de crescimento; e ficando a favor das elites os cursos de conhecimento geral, onde priorizavam a continuidade dos estudos em nível superior; com isso, numa disputa desleal, os egressos do “ensino regular” que sonhavam em prestar vestibular fracassavam por herdarem uma educação desqualificada, sofrendo num embate injusto com os filhos da elite.

Diante de tais problemas que vinham se acentuando a cada dia mais tanto no ensino regular quanto no profissional, por estarem difusos devido ao alto número de interessados e com poucas vagas e péssimos investimentos, surge a Lei Federal Nº. 7.044/82 para compensar as ambigüidades existentes e tornar facultativo o ensino profissionalizante no ensino médio, então conhecido como 2º grau.

Portanto, a Lei Federal Nº. 7.044/82 que veio para substituir a Nº. 5.692/71, simplesmente iludiu as expectativas quanto à difusão caótica da educação profissional quando imposta ao ensino de 2º grau; ficando sem identidade, sem caracterização e, até mesmo, “maquiado” no ensino de 1º grau. É nessa via de mão dupla de constantes mudanças históricas das Leis relacionadas a educação profissional que, finalmente, surge a Lei Federal Nº. 9.394/96, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN que, diga-se de passagem, já vem passando por várias mudanças atualmente, porém esta Lei veio para consolidar a identidade do ensino médio como etapa da Educação Básica e incluir a formação do educando como futuro cidadão e propenso trabalhador.

## **1.2 Regulamentação Legal Atual da Educação Profissional no Brasil**

A Educação Profissional, para ser oferecida com reais garantias de qualidade e de existência teve sua regulamentação tratada em registros que a asseguram como direito de todo e qualquer indivíduo. Veremos a seguir dois trechos de publicações a cerca da LDBEN extraídos do Parecer Homologado pelo Despacho do Ministro da época,

publicado no Diário Oficial da União de 26/11/1999. Resolução esta publicada no Diário Oficial da União em 22 / 12 / 1999:

[...] A preparação para profissões técnicas, de acordo com o § 2º do artigo 36 da LDB, poderá ocorrer, no Nível Médio, após atendida a formação geral do educando, [...] como direito ao cidadão ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva.

[...] O momento, portanto, é o de investir prioritariamente na educação básica e, ao mesmo tempo, diversificar e ampliar a oferta de educação profissional. A LDB e o Decreto Federal Nº. 2.208/97 possibilitam o atendimento dessas demandas.

Esse trecho parece-nos colírio aos nossos olhos, saciando nossos anseios, mas não é o que herdamos de uma longa e massacrada história da educação profissional brasileira. Segundo Teixeira e Pereira, a educação profissional, foi um dos tópicos mais difíceis para elaboração da sua normatização na LDBEN Nº 9.394/96 devido a sua ampla diversidade. Toda via, sabe-se que os Arts. 39-42 não expõem de forma clara o que realmente a lei deveria garantir, pois ainda há enorme carência quanto a sua articulação com a Educação Básica.

Vemos que com no governo Lula, diversas foram as tentativas de sanar o déficit da educação profissional através de cursos rápidos, de curta duração e, até mesmo, com vinculação de bolsas, mas que, muitas vezes, não preparavam ninguém de forma crítica para uma atuação tanto profissional quanto social. Embora o Art. 40 garanta uma educação profissional em articulação com ensino regular ou por instituições especializadas ele não esclarece que instituições são essas. Vejamos o que reza este artigo: “ A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. ( Art. 40 ).

Isto quer dizer que tais instituições poderão ser associações de moradores? Clubes? Sindicatos? Organizações não governamentais? E como serão seus ensinos reconhecidos pelo MEC? Pois é, o artigo não responde a essas questões. Já o Art. 41 caracteriza como valor de certificação a experiência no trabalho, após avaliação regulamentada. No entanto, seu valor formativo deveria ir além do trabalho; devendo, assim, ampliar-se para todo um contexto que o cerca: Social, político, econômico, cultural, pois o conhecimento não se gera em apenas um âmbito. Sobre isso Teixeira e Pereira cometam:

Em face da importância que o mundo do trabalho assume na vida da sociedade, em qualquer período histórico, a educação profissional, enquanto parcela da qualificação profissional adquirida dentro do processo formativo, é



algo que vai além de ser um componente educativo, tornando-se também um direito de toda a população apta ao trabalho. (2003, p. 105).

É importante ressaltar que hoje muito se herdou também das lutas e conquistas da classe trabalhadora, tomando como rumo de suas ações tanto profissional quanto social as decisões voltadas para a democracia, gerando participações nos segmentos sociais como: sindicatos, fóruns, associações de moradores, estudantis, etc. embasadas na consciência crítica e política, como Teixeira e Pereira destacam abaixo:

Tratar da qualidade de educação profissional implica também a necessidade de se ter maior clareza sobre o papel do trabalhador enquanto sujeito na sua história; sobre o conhecimento produzido por meio do trabalho; sobre a intimidade existente entre qualificação, conhecimento, trabalho e produção e entre estes elementos, a ciência e a técnica; sobre a presença e a interferência do trabalho no cotidiano de cada um, conseqüentemente, na elevação do patamar de conhecimento de toda a população apta ao trabalho. (2003, p.106).

Isso significa que por mais que o capitalismo imponha valores tecnicistas como única via de superação ao desemprego, sem reconhecer as relevâncias contidas nas experiências cotidianas vividas pelos trabalhadores, tem estimulado ainda mais a classe marginalizada a buscar meios que viabilize sua subsistência, porém com a devida utilização dos conhecimentos próprios que, muitas vezes, interferem direta e indiretamente para o desenvolvimento do país.

### **1.3 Teorias pedagógicas que orientam a educação profissional brasileira**

#### **1.3.1 Teoria do Capital Humano**

Teoria norte-americana, que encontrou caminhos no Brasil a partir da crítica à Economia da Educação em 1960, porém sua aparição se reforçou ainda mais através de dois fatores determinantes: o primeiro, devido a incapacidade do Brasil em implantar cursos de nível em mestrado e Doutorado, a formação dos seus mestres e doutores era importada, ou seja, suas qualificações eram embasadas em teorias e pedagogias não condizentes a realidade de origem dos formandos, visto que vivenciavam suas formações e seus conhecimentos nos Estados Unidos, justamente com outra fundamentação empírica, “Esta qualificação se dava, e ainda se dá, através de paradigmas teóricos e metodológicos produzidos a partir de outros determinantes sociais, econômicos, culturais, políticos, ou seja, de outra base empírica, que tem sua própria especificidade” (Kuenzer, 1988, p.41).

Já o segundo fator determinante perpassa situação política e econômica que o Brasil defendia através dos anos 64 com o golpe militar, pois com a união entre Forças Armadas, Capitalismo Internacional e Capitalismo Nacional consolidou-se uma hegemonia com os Estados Unidos, abrindo portas para a necessidade do Capital Humano e consequentemente exploração desenfreada dos extorquidos de conhecimento.

Frigotto e Ciavatta destacam o surgimento da teoria do capital humano como decorrência da falta de escolaridade e saúde adequados ao que o sistema necessitava:

No âmbito educacional, constatamos o surgimento da teoria do capital humano como explicação reducionista da não-universalização das políticas regulatórias e do Estado de bem estar, [ ]. Passa-se a ideia de que a desigualdade entre nações e indivíduos não se deve aos processos históricos de dominação e de relações de poder assimétricas e de relações de classe, mas ao diferencial de escolaridade e saúde da classe trabalhadora. [...] Mesmo nos marcos do ideário capitalista, a educação é considerada um direito e uma estratégia de investimento do Estado. (Frigotto e Ciavatta, 2006, p. 61).

Neste sentido, a redução aos investimentos educacionais perpassava fortemente nas decisões dos que dirigiam o país, voltado apenas para manutenção política como citam Frigotto e Ciavatta “do Estado de bem estar”, tentando se eximir de qualquer responsabilidade sobre o declínio social a que a população sofria, alegando que as desigualdades era algo apenas decorrente da falta de interesse pessoal nos estudos; mesmo sendo a educação, com o decorrer dos anos, considerada via de estratégia para monopólio das relações de poder, nunca no Brasil se obteve real atenção para uma qualidade de ensino que superasse as desigualdades sociais.

### **1.3.2 Teoria Crítico-Reprodutivista**

Aproximadamente em 1975 começam a surgir as críticas contra as Teorias de Educação ligadas a do Capital Humano e a da Tecnologia Educacional. Tal surgimento, em especial a Teoria Crítico-Reprodutivista, se deve ao fracasso do modelo de desenvolvimento implantado em 64 que fez com que o governo recuasse, mesmo que pouco, em sua ditadura governamental, gerando caminhos a um processo de abertura política mesmo que de cunho à manutenção do grande capital.

Nessa teoria identifica-se o quanto os Aparelhos Ideológicos do Estado - AIE, ou seja, a igreja, os partidos políticos, as associações de moradores, os sistemas de educação, os meios de comunicação, etc. ainda reforçam a ideologia dominante. No

entanto, a economia desaquece entrando em crise devido ao caráter autoritário e conservador do governo Geisel liderado pelo poder militarista.

Nisso, deixam de investir no ensino superior e de 2º grau para formar massa de manobra, facilmente dirigida; concentrando a todos até os que opusessem à falta de direito a educação e à plena opressão. Nesse período, 1970-1975, o mercado exigia mão de obra qualificada, enquanto que o governo se recusava a tal investimento, por medo de perder o controle da nação, dando lugar à exclusão e à concentração de riquezas à minoria. Na passagem a seguir vemos claramente a exclusão dos menos favorecidos:

[...] As teorias crítico-reprodutivistas começam a ser disseminadas”, permitindo a crítica ao caráter classista da escola burguesa e redescobrimo-se as dimensões políticas da educação, já evidenciadas nos movimentos de educação popular anteriores a 64, mas escamoteadas durante o período da Revolução pelo discurso tecnicista. (KUENZER,1988, p. 45).

Percebe-se que as teorias crítico-reprodutivistas ganham forças quando inicia o movimento de crítica à economia de educação, pois a função social da escola se torna mera ferramenta ao desenvolvimento econômico voltado às forças ideológicas do capitalismo.

### **1.3.3 A Crítica ao Reprodutivismo**

Buscando ampliar a relação entre educação e sociedade surge, então, a Crítica ao Reprodutivismo, mais precisamente no início da década de 80. Essa teoria nasce para se sobrepor as dificuldades não superadas pelas teorias crítico-reprodutivistas, ou seja, para contribuir num projeto hegemônico de interesse à classe trabalhadora. Em outras palavras, a extinção da exclusão social a partir da educação.

Neste sentido, além de terem o dever de cumprir a missão de formar trabalhadores aptos ao mercado vigente, tinham que inculcar a ideia de que a passividade fazia parte da boa formação do cidadão. Dando a entender a falsa visão de que quanto mais a favor dos ideais do poder governamental mais a população ganharia benefícios.

É nesse momento, segundo Kuenzer, que teóricos surgem denunciando criticamente o Reprodutivismo, buscando superar as condições impostas à classe trabalhadora, condições estas, herdadas durante o regime militar.

[...] Fundamentados principalmente em Marx, Gramsci e Snyders, vários estudos foram feitos permitindo o início da construção de uma teoria pedagógica brasileira, que tem sido denominada de pedagogia histórico-crítica e que tem no professor Demerval Saviani seu principal articulador. (1988,p.49).

Saviani, não conformado com as condições impostas pelo “sistema dominante” através da educação às classes menos favorecidas, expõe de forma pedagógica sua tese despertando em todos a preocupação com uma educação de qualidade rumo a luta contra as desigualdades sociais. Luta esta que envolve de certo tanto as camadas docentes como discentes no propósito de intervir no destino do ensino brasileiro; buscando quebrar os entraves de uma educação sem qualidade político-social manipulados a obedecer a ideologia de uma hegemonia burguesa. Saviani defende que:

[...] Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel da teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (1991, p.42).

Segundo o autor, o esforço pode se deparar com as crises inerentes a educação diante dos entraves pertencentes aos condicionantes sociais que infecta os já “cansados” de guerra; porém ele nos alerta para o papel da educação crítica, pois se queremos mudar essa realidade devemos começar por nós mesmos não deixando a bandeira de luta cair nas mãos da classe dominante, já que temos um histórico da marginalidade a que os menos favorecidos sofrem em que a educação não conseguiu sanar mesmo quando se vê que “[...] as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade através da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso” (Saviani, 1991, p.40). É nosso dever dos educadores, formadores de opinião, buscar alternativas para reverter esse quadro deplorável que herdamos da educação.

## **2. CENTRO DE TRABALHO E CULTURA – CTC**

Situado à rua dos coelhos, 317, Coelhos, Recife, Pernambuco, o Centro de Trabalho e Cultura mantém seus cursos profissionalizantes num prédio através de um documento denominado comodato, de renovação a cada dois anos com a Arquidiocese de Olinda e Recife a qual pertence o citado prédio

O Centro de Trabalho e Cultura (CTC) configura-se numa organização civil sem fins lucrativos, instituição reconhecida como de Utilidade Pública Municipal e Estadual, registrada no Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como no Conselho Nacional de Assistência Social, sediada à rua dos Coelhos, 317, CEP: 5007-550, Recife - PE - Brasil. Tem sua origem ainda nos anos 60

como resposta à necessidade percebida por integrantes do antigo MEB – Movimento de Educação de Base e da JOC – Juventude Operária Católica, como uma iniciativa voltada para uma educação mais ampla dos jovens e adultos das classes trabalhadoras urbanas sem condições financeiras de ingressar no setor de cursos privados; preparando-os para o mundo do trabalho. O CTC trabalha há 44 anos com ações de educação profissional na perspectiva de inclusão social com seu atendimento gratuito até os dias atuais.

Fundado em 1966 como uma sociedade civil sem fins lucrativos, o CTC desenvolveu, inicialmente, atividades educativas que estavam voltadas para o setor de serviços e para o mundo doméstico; sendo cursos domésticos e oficinas de produção em Serraria e Serralharia. No entanto, na década de 70, mais precisamente em 1972, o Centro assumiu o perfil pelo qual ficaria mais conhecido em Recife, investindo na formação profissional e política de trabalhadores para o setor industrial, nas áreas de mecânica, solda, serralharia, eletricidade e artes gráficas. Porém, em meados da década de 70, a escola redefiniu a sua proposta, trabalhando exclusivamente na Formação Profissional de trabalhadores na área da indústria, fechando assim, os cursos domésticos e as oficinas de produção.

Atualmente o CTC vive uma experiência de financiamento do governo Federal, através de uma Emenda Parlamentar trazido pelo Deputado Federal Fernando Ferro, gerando novas turmas e conseqüentemente ampliando o número de beneficiados num Projeto de duração de 08 meses subdivididos cada um em cursos de 04 meses. Aceitamos a proposta visto que estávamos em declínio de recursos financeiros; tal aceitação de comum acordo com todos os integrantes do CTC foi aceito para viabilizar uma maior expansão em divulgação do trabalho que a entidade desenvolve e, conseqüentemente, promovendo uma maior articulação Federal para captação de recursos.

### **3. A GÊNESE DA METODOLOGIA “CRIAÇÃO DO SABER”**

De acordo com o depoimento de um dos educadores mais antigos do Centro “a partir da compreensão de que a técnica não é neutra, surgiu a necessidade de fazer as aulas de acordo com a perspectiva política da classe trabalhadora” (Monitor A); é que possivelmente se começa a percorrer o nascimento da metodologia “Criação do Saber”, porém em seu relato não há certeza da exatidão do ano, ela surge “mais ou menos ao

mesmo tempo em que as escolas do atual CET<sup>1</sup> começaram a se reunir, por volta de 1979 e a Criação do Saber levou alguns anos.”

Os cursos eram voltados em sua maioria para operários, dando a necessidade de novos monitores, não necessariamente nas áreas de atuação do público atendido, pois se o centro das discussões estava direcionado para questões políticas dava lugar para monitores operários nascidos em chão de fábrica, militantes sindicais de diversas opções políticas, mas sempre a que estivesse do lado dos trabalhadores. Muitas vezes, nenhum deles tinham nenhuma qualificação em formação educacional. (MONITOR A).

Segundo o livro do *CTC: 35 anos criando saberes*, “Vale observar que nesta época não se tinha ainda uma proposta mais sólida nem de conteúdo nem de metodologia nem, muito menos, de formação política sistematizada ou vivenciada no modo de fazer educação profissional ou de se viver o cotidiano”. (SALES, 2002, p.24).

Só em 1975 e graças à chegada de monitores que tinham uma opção política popular bem definida, é que se começou a discutir e estudar a questão política da educação profissional. Eram militantes que, impedidos de atuar por conta da grande repressão realizada pela ditadura militar, pretendiam fazer um trabalho de educação política através de um trabalho de educação profissional. (Idem).

Com o envolvimento maciço de monitores advindos de diferentes espaços políticos (sindicatos, chão de fábrica, militâncias sociais, etc.) com uma visão política voltada para a transformação da sociedade através da vinculação entre trabalho e educação é que se pôde ver o quanto era necessário aprimorar e sistematizar as idéias geradas nas discussões em sala de aula. E é nesses momentos de discussões que com a abertura para a participação de todos os envolvidos e, principalmente, com a valorização das falas durante as aulas, que surge a necessidade tanto de sistematizar a aula dada quanto de os monitores se capacitarem buscando teorias que tenham aproximações com os ideais da classe operária numa perspectiva de transformação da sociedade.

É aí que surge o apoio do NOVA (Pesquisa Avaliação e Assessoria), pois desde 1979, com o CTC fazendo parte do Conselho de Escolas de Trabalhadores - CET, é que se pôde aprimorar e sistematizar a metodologia do CTC que era totalmente voltada para a transformação da sociedade. Para isso, se contou com apoio do mencionado CET que

---

<sup>1</sup> Desde 1979 o CTC faz parte do Conselho de Escolas de Trabalhadores - CET, que se configura como um coletivo de escolas profissionalizantes de diversas cidades brasileiras que constituem uma rede para troca de experiências, discussão e desenvolvimento de metodologias, conteúdos curriculares e processos de preparação e formação dos jovens das classes trabalhadoras para o exercício do trabalho. Essa organização criada por diferentes escolas profissionalizantes do país que se identificam com pedagogias populares e transformadoras; recebe continuamente assessoria em capacitações através de trocas de experiências pedagógicas entre si, tendo como orientadores profissionais em assessoria do CAPINA—Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa Av. Rio Branco, 277 sala 510 – Centro Rio de Janeiro/RJ 20040-009 [capina@capina.org.br](mailto:capina@capina.org.br) Tel. (21) 2220-4580 Fax: (21) 2220-1616

se configura como um coletivo de escolas profissionalizantes de diversas cidades brasileiras constituindo uma rede para troca de experiências, discussão e desenvolvimento de metodologias, conteúdos curriculares e processos de preparação e formação dos adolescentes, jovens e adultos das classes trabalhadoras para o exercício do trabalho.

## **CONCLUSÃO**

Verifica-se através da hipótese inicial que a citada Instituição Profissionalizante segue, de alguma forma, em sua prática educativa uma educação popular e que a Metodologia “Criação do Saber” também se confunde com métodos de ensino construtivista; porém atuando muito além da formação profissional, pois vincula visões políticas inerentes aos rumos da sociedade, a história da classe trabalhadora, e também, sem dúvida alguma, ao cotidiano dos educando.

Levando em consideração que a citada Metodologia é uma práxis em constante evolução, porque a mesma foi criada a partir das necessidades educativas dos trabalhadores e aprimorada com outros educadores, como já pontuado em capítulos anteriores, trabalhadores estes do setor de educação profissional que se encontravam, juntamente ao CET – Conselho das Escolas de Trabalhadores, todos os anos em reuniões de capacitação pedagógica para trocas de diferentes experiências em práticas educativas de gestão política e compartilhada.

Ao estudar a Metodologia “Criação do Saber” concebida pela Instituição de Educação Profissionalizante Centro de Trabalho e Cultura – CTC, também pode-se identificá-la como uma ação educativa muito semelhante à Teoria Crítica ao Reprodutivismo, pois sua práxis ao mesmo tempo em que se processa numa construção coletiva do conhecimento possui cunho político em todo o seu contexto didático. Ou seja, a luta pela extinção da opressão por parte dos que se encontram no poder em busca de maior oportunidade de usufruir dos bens produzidos pelos operários de forma justa e igualitária é a bandeira defendida pelos que comungam dessa visão rumo à transformação social.

É oportuno salientar que próximos trabalhos de pesquisa possam ser organizados para complementar este que foi realizado. Como sabemos, a educação profissional vem tomando proporções relevantes junto à sociedade, principalmente no que se refere a uma educação com base em gestão compartilhada, onde todos possam ser ouvidos

opinando de forma construtiva nos rumos da educação, como assim já o faz o Centro de Trabalho e Cultura.

Portanto, um novo trabalho poderá surgir cuja problemática possa contemplar também a investigação de diferentes metodologias que abram novos caminhos à educação brasileira.

## **REFERENCIAIS**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N°. 9.394/96.

BRASILIA. Educação, Ciência e Tecnologia – Educação Profissional, agosto, 2000.

CENTRO DE TRABALHO E CULTURA. Plano Trienal 2005 – 2007, Recife, fevereiro, 2006.

COSTA, Beatriz (Org.). Centro de Trabalho e Cultura: Criando o Saber. Recife, PE, Alternativa Gráfica, 1988.

DELORS, Jacques (Org.). Educação: Um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

FERREIRA, Therezinha Lombello – Artigo. Concepções Educacionais e Práticas pedagógicas, (Coletânea AMAE).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura). 31ª Edição. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Org.). A formação do cidadão Produtivo: A Cultura de Mercado no Ensino Médio, INEP, Brasília, 2006.

KUENZER, Acacia. Ensino de 2º Grau: O Trabalho como Princípio Educativo – 2ª Edição, Editora: Cortez, Brasília, 1988.

MARX, Karl: O Capital (Edição Resumida por Julian Borchardt) – 7ª Edição Editora LCT- Livros Técnicos e Científicos S.A. Rio de Janeiro, 1982.

SADER, Emir (Org.). Sete Pecados do Capital – 1ª Edição, Record, Rio de Janeiro, 2000.

SALES, Ivandro da Costa (Org.). Centro de Trabalho e Cultura: 35 anos - Criando Saberes. Recife, PE. Comunigraf, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre Educação e Política – 23ª edição, Editora Cortez, São Paulo, 1991.

SPINELLI, Mônica dos Santos. Que Escola é Essa? É a Escola do Trabalhador. Estudo sobre o Centro de Trabalho e Cultura, Recife/PE. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMT, Cuiabá, 2010.